



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PR

SEGUNDA FEIRA, 13 DE JULHO DE 2020

ANO: VII

EDIÇÃO Nº: 1530

11/25 Pag.(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO



**Conselho
Municipal de
Assistência
Social**
Quatro Pontes - PR

RESOLUÇÃO Nº 005/2020.

Súmula: Aprova o regimento interno do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 2343/2020, a deliberação da plenária realizada em reunião ordinária 08 de julho de 2020, ata 119/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o regimento interno do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, composto por VI capítulos e 43 artigos.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Quatro Pontes, 08 de Julho de 2020.

Fatima Aparecida de Caldas Borth.

Presidente CMAS





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PR

SEGUNDA FEIRA, 13 DE JULHO DE 2020

ANO: VII

EDIÇÃO Nº: 1530

12/25 Pag.(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES – PR

Capítulo I DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, é a instância colegiada de caráter permanente e paritário entre Governo e Sociedade Civil, com poder deliberativo, fiscalizador, de acompanhamento da Política de Assistência Social do Município de Quatro Pontes, tem seu funcionamento regulado pelo presente Regimento Interno e pela Lei Municipal nº 2343 de 29 de abril de 2020 e futuras alterações que forem realizadas.

Parágrafo único. O CMAS está vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes à passagens/transporte e diárias de conselheiros/as representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições.

Art. 2º O CMAS, entre outras atribuições conferidas em lei, tem competência enquanto órgão:

- I – Elaborar, aprovar e publicar seu regimento interno;
- II – Convocar as conferências municipais de Assistência Social e acompanhar a execução de suas deliberações;
- III- Aprovar a política municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes das conferências de Assistência Social;
- IV – Apreçar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências municipais e da política municipal de Assistência Social;
- V – Aprovar o plano municipal de Assistência Social, apresentado pelo órgão gestor da assistência social;
- VI- Aprovar o plano de capacitação, elaborado pelo órgão gestor;
- VII - Acompanhar o cumprimento das metas nacionais, estaduais e municipais do pacto de aprimoramento da gestão do SUAS;
- VIII – Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do programa Bolsa Família;
- IX – Normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social de âmbito local;



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PR

SEGUNDA FEIRA, 13 DE JULHO DE 2020

ANO: VII

EDIÇÃO Nº: 1530

13/25 Pag.(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

X – Apreciar e aprovar informações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, inseridas nos sistemas nacionais e estaduais de informação referentes ao planejamento do uso dos recursos de cofinanciamento e a prestação de contas;

XI – Apreciar os dados e informações inseridas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, unidades públicas e privadas da assistência social, nos sistemas nacionais e estaduais de coletas de dados e informações sobre o SUAS;

XII – Alimentar os sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados em informações sobre os conselhos municipais de assistência social;

XIII – Zelar pela efetivação do SUAS no município;

XIV – Zelar pela efetivação da participação da população na formulação da política e no controle da implementação;

XV – Deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência;

XVI – Estabelecer critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais;

XVII – Apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social a ser encaminhada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social em consonância com a política municipal de assistência social;

XVIII – Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS;

XIX – Fiscalizar a gestão e execução dos recursos federais e estaduais;

XX – Planejar e deliberar sobre a aplicação dos recursos federais e estaduais;

XXI – Participar da elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, e da lei orçamentária anual no que se refere à assistência social, bem como do planejamento e da aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, tanto dos recursos próprios quanto dos oriundos do estado e da união, alocados no FMAS;

XXII – Aprovar o aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento;

XXIII – Orientar e fiscalizar o FMAS;

XXIV – Divulgar no diário oficial municipal, todas as suas decisões na forma de resoluções, bem como as deliberações a cerca da execução orçamentária e financeira do FMAS e os respectivos pareceres emitidos;

XXV – Receber, apurar e dar o devido prosseguimento a denúncias;



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PR

SEGUNDA FEIRA, 13 DE JULHO DE 2020

ANO: VII

EDIÇÃO Nº: 1530

14/25 Pag.(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

XXVI – Estabelecer articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas setoriais e conselhos de direito;

XXVII – Realizar a inscrição das entidades e organizações de assistência social;

XXVIII – Notificar fundamentalmente a entidade ou organização de assistência social no caso de indeferimento do requerimento de inscrição;

XXIX – Fiscalizar as entidades e organizações de assistência social;

XXX – Emitir resolução quanto às suas deliberações;

XXXI – Registrar em ata as reuniões;

XXXII – Instituir comissões e convidar especialistas sempre que se fizerem necessários;

Capítulo II DA ORGANIZAÇÃO DO CMAS

Seção I Da Composição

Art. 3º 1º O CMAS é composto por 8 membros e respectivos suplentes indicados ou eleitos de acordo com os critérios seguintes:

I – 4 representantes governamentais com seus respectivos suplentes, nomeados pelo prefeito municipal, sendo:

- 01 representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- 01 representante da Secretaria Municipal de Finanças;
- 01 representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
- 01 representante da Secretaria Municipal de Saúde;

II – 4 representantes da sociedade civil com seus respectivos suplentes, eleitos mediante inscrição prévia na ocasião da conferência, assembleia ou fórum próprio e convocado pelo CMAS sendo:

- 02 representantes de usuários;
- 01 representante das entidades ou organizações prestadoras de serviço de Assistência Social, devidamente inscrita e regular no CMAS;
- 01 representante do setor;

§ 1 Na hipótese de não haver representante das entidades ou organizações prestadoras de serviços de assistência social ou de não haver interesse dos mesmos, a vaga será destinada aos trabalhadores do setor da política municipal de assistência social.

§ 2 Reconhece-se como representante dos usuários, aquele que participa e frequenta serviços, programas e projetos, e/ou seja beneficiário de benefícios assistenciais, e/ou que estejam em acompanhamento familiar.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PR

SEGUNDA FEIRA, 13 DE JULHO DE 2020

ANO: VII

EDIÇÃO Nº: 1530

15/25 Pag.(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

§ 3 Para aplicação do inciso anterior, deverão ser observadas as definições das categorias representativas no CMAS, sendo:

a) Organizações de usuários/as dos Serviços de Assistência Social: aquelas constituídas de forma jurídica, política ou socialmente constituídas, que tenham entre seus objetivos a defesa dos direitos de indivíduos e grupos vinculados à PNAS, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu/sua representante legal, quando for o caso.

b) Entidades ou organizações que representem os/as trabalhadores/as do SUAS: que tenham em sua base de representação segmentos de trabalhadores/as que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social, defendendo os direitos destes e propondo-se a defender os direitos sociais dos/as cidadãos/ãs e usuários/as desta Política, com formato jurídico de sindicato, federação, confederação, central sindical ou conselho federal de profissão regulamentada, ou associação de trabalhadores/as, com abrangência no município e não representar direito patronal ou empresarial, ou na falta deste por meio dos próprios trabalhadores do SUAS no município.

c) Entidades e Organizações de Assistência Social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos/as beneficiários/as abrangidos/as pela Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS artigo 3º, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

Seção II DO MANDATO DOS CONSELHEIROS

Art. 4º Os/As conselheiros/as serão eleitos/as para mandato de 4 (quatro) anos, permitida a recondução por igual período, devendo após a recondução manter-se afastado por o período de um mandato. O exercício de suas funções será gratuito e considerado, para todos os efeitos, como de interesse público e relevante valor social.

Art. 5º Os/As conselheiros/as serão nomeados/as pelo Chefe do Poder Executivo/Municipal, devendo a posse dos/as Conselheiros/as da sociedade civil ocorrer no prazo de até trinta dias após a nomeação.

Art. 6º Após a posse será eleita a diretoria que será composta por: presidente, vice presidente, primeiro secretário, para mandato de quatro anos.

§1º O CMAS é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida única recondução por igual período, observada a alternância entre representantes da sociedade civil e governo.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PR

SEGUNDA FEIRA, 13 DE JULHO DE 2020

ANO: VII

EDIÇÃO Nº: 1530

16/25 Pag.(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

§ 2º CMAS contará com uma Secretaria Executiva, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo e por este regimento.

Capítulo III DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º O CMAS tem a seguinte estrutura de funcionamento:

- I - Plenário;
- II - Mesa Diretora;
- III - Secretaria Executiva;
- IV - Comissões.

Art. 8º O Plenário do CMAS se reunirá uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º As reuniões do Plenário deste Conselho serão abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas;

Art. 9º Os/As conselheiros/as deverão receber a convocação das reuniões ordinárias com antecedência mínima de quarenta e oito horas do início da reunião ordinária, instruída com os seguintes documentos:

- a) ata da reunião anterior;
- b) pauta da reunião;
- c) materiais e documentos que possam subsidiar a sessão, se houver.

§ 1º As reuniões extraordinárias serão convocadas pela Mesa Diretora e deverão ter a participação de no mínimo dois terços de seus membros ou após 10 minutos do horário previsto do início da reunião com o número de conselheiros que estiveram presentes;

§ 2º Em casos de urgência ou de relevância, o Plenário do CMAS poderá alterar a pauta da reunião.

Art. 10º Serão convocados/as para comparecer às reuniões os/as Conselheiros/as titulares e seus/suas respectivos suplentes, devendo estes justificar ausência no prazo máximo de 24hs antecedente a data designada.

§ 1º Será substituído o/a Conselheiro/a representante do governo ou da sociedade civil que renunciar ou não comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas durante o ano, salvo se a ausência ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior, justificados por escrito.

§ 2º Os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação oficial dos mesmos ao próprio CMAS, o qual irá empossar o suplente em caso de sociedade civil, na falta deste será realizada nova eleição para este segmento. A nova eleição também



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PR

SEGUNDA FEIRA, 13 DE JULHO DE 2020

ANO: VII

EDIÇÃO Nº: 1530

17/25 Pag.(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

será necessária em casos de vacância, falecimento, impedimento ou desistência de conselheiros da sociedade civil, os quais não possuam suplência.

Art.11 O Conselho Municipal de Assistência Social contará com uma Secretaria Executiva com assessoria técnica, em todas as reuniões.

Art.12 Nas ausências do Presidente e do Vice-presidente, a Presidência será exercida pelo Secretário Geral auxiliado por um membro titular presente, escolhido pelo Plenário para o exercício da função.

Art. 13 O CMAS solicitará, sempre que necessário, ao Gestor da Política de Assistência Social, o encaminhamento para Procuradoria jurídica do Município quando houver questionamento jurídico, para fins de análise e parecer.

Art. 14 As sessões plenárias serão públicas, podendo os conselheiros e a comunidade manifestarem-se das seguintes formas:

a) através do momento da palavra livre ou do usuário a qual deverá ser realizada mediante inscrição na abertura dos trabalhos;

b) a qualquer momento, para contribuição da discussão, mediante inscrição.

Seção I DAS DELIBERAÇÕES

Art.15 A deliberação das matérias sujeitas à votação obedecerá a seguinte ordem:

I - O/A Presidente concederá a palavra ao/a Conselheiro/a, representante da comissão, técnico/a e/ou gestor/a da Assistência Social que apresentará a matéria;

II - terminada a exposição, a matéria será colocada em discussão;

III - encerrada a discussão, realizar-se-á a votação.

Art.16 As deliberações do Conselho serão proclamadas pelo/a Presidente, com base nos votos da maioria, e terão a forma de resolução quando necessário, sendo de natureza decisória ou sugestiva, conforme o caso.

Art.17 Ao proceder a votação, o/a presidente deverá solicitar a manifestação do plenário quanto aos votos favoráveis, contrários e abstenções, devendo constar em ata:

I - o número de votos apurados;

II - os votos divergentes, a pedido dos/as Conselheiros que os proferirem.

§ 1º A recontagem de votos poderá ser solicitada por qualquer Conselheiro.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PR

SEGUNDA FEIRA, 13 DE JULHO DE 2020

ANO: VII

EDIÇÃO Nº: 1530

18/25 Pag.(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

§ 2º Nos casos de empate, após duas tentativas de votação, o plenário poderá buscar subsídios para ampliação da discussão do tema, implicando em novo processo de votação;

Art.18 Terão direito a voto os/as Conselheiros/as titulares e os/as suplentes no exercício da titularidade, sendo que os/as conselheiros/as suplentes terão direito à voz e serão chamados a votar nos casos de vacância, impedimento, suspensão ou ausência do/a respectivo/a titular.

Art.19 As decisões do CMAS serão aprovadas por metade mais um dos/as conselheiros/as no exercício da titularidade presentes.

Parágrafo único. Todas as decisões do CMAS deverão constar de registro em ata digitalizada, que será assinada por todos os membros presentes na próxima sessão plenária.

Art.20 As Resoluções do CMAS, aprovadas em sessão plenária, entrarão em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município – DOM.

Seção II DA ATA

Art.21 Em todas as reuniões será elaborada ata, pela Secretaria Executiva com exposição dos trabalhos, conclusões e deliberações e será disponibilizada cópia da ata, por meio eletrônico, de modo que cada Conselheiro/a possa recebê-las, antes da reunião em que será apreciada.

Seção III DA MESA DIRETORA

Art. 22 A Mesa Diretora, composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário/a - geral, é a representação máxima do CMAS, de conformidade com a LOAS, este Regimento e demais dispositivos que regem a matéria.

Art. 23 A Mesa Diretora será eleita na primeira reunião do CMAS, juntamente a posse dos/as Conselheiros/as pelo Prefeito Municipal.

Art. 24 Compete a Mesa Diretora:

I - convocar as reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias, bem como elaborar suas pautas;

II - analisar documentos e correspondências para despacho;



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PR

SEGUNDA FEIRA, 13 DE JULHO DE 2020

ANO: VII

EDIÇÃO Nº: 1530

19/25 Pag.(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

III - propor assuntos para a pauta das Comissões;

IV - mediar conflitos de atribuições entre as Comissões;

V - acompanhar as deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social;

VI - discutir, preliminarmente, o planejamento estratégico do CMAS, para posterior apreciação do Plenário;

VII - encaminhar as denúncias recebidas no CMAS;

VIII - examinar e decidir outros assuntos de caráter emergencial.

Parágrafo único. Na ausência de no mínimo dois membros que compõe a mesa diretora, a Secretaria Executiva convocará os coordenadores de comissão.

Seção IV DO PRESIDENTE

Art. 25 Compete ao/a Presidente do CMAS:

I - cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho;

II - representar judicial e extrajudicialmente o CMAS, bem como em atividades inerentes as suas competências;

III - convocar, presidir, conduzir e mediar as reuniões do Conselho, zelando pelo fiel cumprimento do Regimento Interno e demais normas vigentes;

IV - submeter à Pauta da reunião elaborada pela Mesa Diretora à aprovação dos/as Conselheiros/as em Plenária;

V - assinar, depois de discutidas e votadas, as resoluções, pareceres e correspondências oficiais do CMAS;

VI - delegar competências, desde que previamente submetidas à aprovação dos/as Conselheiros/as;

VII - desenvolver as articulações necessárias para o cumprimento das atividades da Secretaria Executiva;

VIII - nomear, por meio de resolução, os membros das Comissões do Conselho;

IX - Decidir sobre as questões de ordem.

Parágrafo único. A questão de ordem é direito exclusivamente ligado ao cumprimento dos dispositivos regimentais e legais, cabendo ao/a Presidente avaliar a pertinência de



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PR

SEGUNDA FEIRA, 13 DE JULHO DE 2020

ANO: VII

EDIÇÃO Nº: 1530

20/25 Pag.(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

acatá-la ou não, consultando o plenário, em caso de conflito com a proposta do/a requerente.

Seção V DO(A) VICE-PRESIDENTE

Art. 26 Compete ao/a Vice-presidente do CMAS assessorar o/a Presidente, bem como substituí-lo/a nas suas ausências e impedimentos, exercendo as atribuições conferidas pelo Conselho.

Seção VI Do(a) Secretário(a) Geral

Art. 27 Compete ao/a Secretário/a Geral do CMAS:

- I - Revisar as atas registradas pela Secretaria Executiva do CMAS anteriormente ao encaminhamento para Plenária;
- II - Realizar a leitura das correspondências da sessão plenária e monitorar o tempo respeitando a convocação;
- III - Inscrever os/as conselheiros/as e comunidade que quiserem manifestar-se nas reuniões do CMAS;
- IV - Substituir o/a Presidente e Vice-Presidente nas ausências e impedimentos destes/as.

Seção VII DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 28 A Secretaria Executiva é a unidade de apoio ao funcionamento do CMAS, para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações, contando com pessoal técnico e administrativo.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva subsidiará a Plenária e poderá requisitar consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades, em temas pertinentes à área da assistência social, para dar suporte e/ou prestar apoio técnico-logístico ao Conselho.

Art. 29 São competências da Secretaria Executiva:

- I - subsidiar o plenário nas reuniões;



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PR

SEGUNDA FEIRA, 13 DE JULHO DE 2020

ANO: VII

EDIÇÃO Nº: 1530

21/25 Pag.(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

II - promover e praticar os atos de gestão técnica e administrativa necessários ao desempenho das atividades do CMAS;

III - prestar assessoria técnica para o CMAS, com vistas a subsidiar os/as conselheiros/as nas questões pertinentes a Política de Assistência Social;

IV - dar suporte técnico-operacional à Mesa Diretora, Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho;

V - acompanhar as atividades de capacitação para os/as Conselheiros/as;

VI - dar cumprimento aos procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas no CMAS.

VII - realizar o contato com os/as conselheiros/as que não possuem meios eletrônicos para acesso ao material e confirmar presença e/ou justificar sua ausência na sessão plenária, a fim de não prejudicar o quórum necessário;

VIII - levantar e sistematizar as informações que permitam ao CMAS tomar as decisões previstas em lei;

X - realizar as atividades técnico-administrativas de apoio ao CMAS;

XI - assessorar a Mesa Diretora e as Coordenações das Comissões e Grupos de Trabalho na articulação com os Conselhos Setoriais e outros órgãos que tratam das demais políticas públicas;

XII - assessorar administrativamente a inscrição de entidades e organizações de Assistência Social, aprovadas pelo CMAS;

XIII - elaborar relatório anual das atividades da Secretaria Executiva e das atividades do CMAS;

XIV - assessorar o CMAS e as OSC's no sentido de dirimir as dúvidas quanto aos pedidos de inscrição, em conformidade com a legislação vigente;

XV - assessorar o CMAS na articulação com os órgãos de controle interno e externo;

XVI - manter informados os/as Conselheiros/as sobre as reuniões extraordinárias que forem convocadas pela Mesa Diretora;

XVII - Emitir certificados aos/as conselheiros/as referente a sua participação no CMAS no final de cada mandato.

XVIII - assistir a todas as sessões plenárias, reuniões da Mesa Diretora, das Comissões e grupos de trabalho, tomando, para tal, as seguintes providências:

a) distribuir documentos;

b) organizar espaços físicos e materiais das reuniões;



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PR

SEGUNDA FEIRA, 13 DE JULHO DE 2020

ANO: VII

EDIÇÃO Nº: 1530

22/25 Pag.(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

- c) anotar o comparecimento dos/as Conselheiros/as, na lista de presença;
 - d) redigir a ata da sessão plenária;
 - e) redigir e auxiliar na redação dos relatórios das reuniões das Comissões e demais relatórios referentes às ações de competência dos/as Conselheiros/as;
 - f) digitar e expedir as correspondências assinadas pelo/a Presidente e Coordenadores/as de Comissão;
 - g) manter arquivos, assentamentos e correspondências do Conselho;
 - h) assessorar e subsidiar os/as conselheiros/as com informações para melhor desempenho de suas funções.
- § 1º A Secretaria Executiva fica isenta de responsabilidade acerca do conteúdo dos Relatórios, Atas e demais documentos registrados, cabendo aos/as Conselheiros/as, conforme sua competência, a aprovação e liberação dos/as mesmos/as.

Seção VIII DOS CONSELHEIROS

Art. 30 São atribuições dos/as Conselheiros/as:

- I - requerer decisão de matéria em regime de urgência, a qual será submetida à aprovação em Plenária;
- II - propor a instituição de Grupos de Trabalho, bem como indicar nomes para as suas composições;
- III - votar os encaminhamentos apresentados pela Mesa Diretora, Comissões e Grupos de Trabalho;
- IV - apresentar proposições sobre assuntos de interesse da Política Municipal de Assistência Social;
- V - propor à Plenária a solicitação de esclarecimentos a serem prestados pelos responsáveis, acerca de assuntos afetos à competência do CMAS e a Política Municipal de Assistência Social;
- VI - solicitar à Secretaria Executiva as informações que julgar necessárias para o desempenho de suas funções;
- VII - exercer outras atribuições que lhes sejam designadas pelo presidente ou pelo plenário.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PR

SEGUNDA FEIRA, 13 DE JULHO DE 2020

ANO: VII

EDIÇÃO Nº: 1530

23/25 Pag.(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

VIII - Dar a redação dos relatórios das comissões, Mesa Diretora e analisar pautas referentes a PMAS incluir;

Art. 31 São deveres dos/as Conselheiros/as:

I - participar da Plenária, de Comissões ou Grupos de Trabalho para os quais forem designados, manifestando-se a respeito de matérias em discussão;

II - participar de eventos representando o CMAS, quando devidamente indicado pela Mesa Diretora ou pelo Plenário;

III - divulgar suas manifestações, quando representar o CMAS em eventos, de acordo com os posicionamentos deliberados pelo Conselho;

IV - manter a Secretaria Executiva informada sobre as alterações dos seus dados pessoais;

V - confirmar presença ou justificar ausência nas reuniões preferencialmente por meio eletrônico;

VI - assinar relatórios e Atas pertinentes ao conselho.

SEÇÃO IV

Dos/as coordenadores/as e relatores/as das comissões e grupos de trabalho

Art.32 Aos/As Coordenadores/as das Comissões e/ou Grupos de Trabalho compete:

I - contribuir com a elaboração da pauta das reuniões das Comissões ou Grupos de Trabalho;

II - coordenar reuniões das Comissões ou Grupos de Trabalho;

III - subsidiar na redação dos relatórios, assinar documentos pertinentes a comissão que coordena ou Grupo de Trabalho;

IV - pleitear junto à Secretaria Executiva os recursos necessários ao funcionamento técnico-operacional da respectiva Comissão ou Grupo de Trabalho; e

V - articular com os demais órgãos do CMAS, para tratar de assuntos correlatos à matéria de interesse de suas Comissões e Grupos de Trabalho.

Art. 33 Aos/As relatores/as das Comissões e/ou Grupos de Trabalho compete:

I - contribuir com a elaboração dos relatórios das reuniões das Comissões ou Grupos de Trabalho;



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PR

SEGUNDA FEIRA, 13 DE JULHO DE 2020

ANO: VII

EDIÇÃO Nº: 1530

24/25 Pag.(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

II - relatar as reuniões em sessões plenárias;

Capítulo IV

Das comissões e grupos de trabalho

Art. 34 O CMAS terá Comissões Temáticas de Política, Financiamento e de Normas da Assistência Social, entre outras, de caráter permanente, e Grupos de Trabalho, de caráter temporário, para atender a uma necessidade pontual, ambos formados por conselheiros/as de forma paritária.

§ ICS - instância de Controle Social:

Parágrafo único. Os Grupos de Trabalho serão instalados, por deliberação do plenário, para discussão de matérias cuja complexidade e relevância justifiquem sua instituição.

Art. 35 Compete às Comissões, partes delegadas auxiliares da plenária, verificar, vistoriar, fiscalizar e emitir pareceres sobre as matérias que lhes forem distribuídas ou atribuídas, na forma deste Regimento, podendo emitir ofícios, assinados pelo coordenador da respectiva Comissão.

§ 1º Os membros das Comissões e/ou Grupos de Trabalho serão nomeados pelo presidente do CMAS, através de resolução.

§ 2º As Comissões e Grupos de Trabalho contarão com o apoio técnico e administrativo da Secretaria Executiva.

Art. 36 Os membros das Comissões deverão participar de visitas de monitoramento, nos programas, projetos e serviços inscritos no CMAS sempre que solicitado pelo plenário ou por necessidade apresentada através das comissões.

Art. 37 A emissão de ofício, somente se dará com o objetivo de encaminhar relatórios mais conclusivos às sessões plenárias, contribuindo assim para a dinamicidade dos trabalhos do CMAS, devendo tal fato constar dos relatórios das Comissões.

Art. 38 Para a realização de reunião das Comissões, a mesma deve estar representada, no mínimo, por cinquenta por cento de seus membros, respeitada a paridade.

Parágrafo único. Poderão participar das reuniões das Comissões e Grupos de Trabalho pessoas convidadas, a critério de cada Comissão ou Grupo.

Capítulo V

ELEIÇÃO DOS/AS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Art. 39 O processo eleitoral para a representação da sociedade civil no CMAS, dar-se-á nos moldes da Lei municipal 2343 de 29 de abril de 2020, mediante convocação do presidente do conselho, podendo ser realizada durante a conferência, assembleia ou



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PR

SEGUNDA FEIRA, 13 DE JULHO DE 2020

ANO: VII

EDIÇÃO Nº: 1530

25/25 Pag.(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

fórum próprio convocado para esse fim, por meio de edital que será publicado no diário Oficial Eletrônico do município.

Art. 40 No edital de convocação constarão as normas para inscrição de candidatos e credenciamento de delegados, que participarão do processo de escolha dos/as Conselheiros/as não-governamentais conforme este Regimento.

Capítulo VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.41 O Conselho funcionará em prédio e instalações, com acessibilidade, disponibilizado pelo Poder Público Municipal.

Art.42 Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidos pelo CMAS em sessão plenária.

Art. 43 Este regimento entra em vigor na data de sua publicação.